

Dominação, história e evolucionismo na América Latina: A perspectiva de Manoel Bomfim

Francisco Teixeira Portugal

*Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

Ana Maria Jacó-Vilela

Denise Barcellos da Rocha Monteiro

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

RESUMO

Nesse artigo, pretendemos trazer à cena um dos mais originais intérpretes do Brasil – Manoel Bomfim. Como voz dissonante no cenário intelectual do início do século XX, o autor foi original ao afirmar que nossas mazelas teriam sido construídas historicamente nas relações vigentes desde a colonização do continente latino-americano em contraposição aos argumentos que valorizavam o determinismo biológico ou geográfico.

Palavras-chave: Intérpretes do Brasil; psicologia social; exclusão social.

ABSTRACT

Domination, History and Evolucionism in Latin America: Manoel Bomfim's standpoint

In this article we intend to focus on one of the most original Brazilian thinkers – Manoel Bomfim. As a dissonant voice on the intellectual scenery at a beginning of the century XX, the author was a precursor to assert that our chronic problems were not following any biological or geographical determinism, but were historically constructed based on the running relationship since the Latin America colonization.

Keywords: Brazil interpreters; Social Psychology; social exclusion.

RESUMEN

Dominación, Historia y Evolucionismo: La perspectiva de Manoel Bomfim

En este artículo, tenemos la intención de hacer visible a uno de los intérpretes más originales de Brasil – Manoel Bomfim. Como voz discordante en el panorama intelectual de principios del siglo XX, la originalidad del autor fue decir que nuestras vejaciones han sido históricamente construídas sobre las relaciones vigentes desde la colonización del continente latinoamericano, en oposición a los argumentos que valorizaban el determinismo biológico o geográfico.

Palabras clave: Intérpretes de Brasil; psicología social; exclusión social.

Este trabalho toma como objeto principal de investigação o livro *América Latina: males de origem*, escrito em 1903 e publicado em junho de 1905 procurando salientar a perspectiva processual e histórica das relações de dominação próprias à América Latina. Seu autor, Manoel Bomfim (1868-1932), sergipano, médico formado na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro em 1890, centrou seu trabalho na educação pois, como a maioria dos pensadores de seu tempo, professava sua fé no conhecimento científico como ferramenta privilegiada de intervenção na realidade e

no progresso, de modo que suas análises, concernentes a campos variados como a história, a pedagogia e a psicologia, visavam elaborar diretrizes gerais para o desenvolvimento nacional.

No cenário intelectual brasileiro das primeiras décadas do século XX estava presente a preocupação com a identificação de um “caráter nacional” (Leite, 2002), aliada a uma difundida referência aos princípios positivistas e evolucionistas (Sussekund, 2002, p. 614).

Oscilava-se, então, entre as teorias de degenerescência racial, pelas quais a mestiçagem com raças

inferiores¹ condenaria um povo à extinção e as teorias que previam, sob uma miscigenação controlada, a possibilidade de uma regeneração embranquecedora. De uma forma geral, a degeneração serviu de matriz comum a diferentes visões sociais entre 1880 e 1930 quando seu suporte científico entra em declínio (Borges, 1993). Segundo Sussekind (2002), três brasileiros ocuparam posição significativa neste último grupo: Sílvio Romero, Joaquim Nabuco e José Veríssimo. Entretanto, em ambos os extremos, vigem a hierarquização das raças, a noção de um “caráter nacional” – pelo qual um dado “povo” compartilharia traços de personalidade que o definiria e distinguiria de outro – e a noção de hereditariedade social.

A PERSPECTIVA DE BOMFIM

A originalidade do pensamento de Bomfim consistiu em, aceitando parte dessas noções (em especial a hereditariedade social e o caráter nacional), reverter o termo das equações hegemônicas de modo a constituir, no continente latino-americano, um “povo” que não era inferior por natureza, mas historicamente inferiorizado. É o uso deste instrumento – a história – para essa reversão de pensamento que mostra a diferença entre Manoel Bomfim e grande parte de seus contemporâneos. Foi por privilegiar as tensões no processo histórico de produção de diferenças entre colonizado e colonizador em suas análises que Bomfim pôde questionar as teorias de Gustave Le Bon² (1841-1931), Louis Agassiz³ (1807-1873) e Joseph Arthur de Gobineau⁴ (1816-1882), entre outros, e criticar duramente intérpretes da América Latina como José Ingenieros⁵ (1877-1925), Carlos Octavio Bunge⁶ (1875-1919) e Lucas Ayarragaray⁷ (1861-1944), defensores do determinismo racial e da inferioridade do negro e do índio.

Foi, pois, a valorização do dinamismo das forças envolvidas na estabilização de categorias como povo e nação que levou Bomfim a perceber a constituição das características do brasileiro de forma diferente da de Euclides da Cunha. Este, em *Os Sertões*, obra contemporânea (escrita em 1901 e publicada em 1902) a *América Latina. Males de origem*, procura explicar a diversidade do “caráter nacional” a partir da geografia, do meio. Sem chegar a abandonar as teses de inferioridade racial, o texto euclidiano é permeado por descrições detalhadas do relevo, da hidrografia, do clima e acaba por concluir, em aparente paradoxo, que o sertanejo, produto da miscigenação (e, portanto, degenerado), seja ainda assim um forte (Cunha, 1998, p. 105). Isso porque, nas terras abandonadas do sertão, na vegetação rara e na poeira da seca, não chegariam as influências deletérias e os perigos do litoral urbanizado,

onde o mestiço seria aniquilado por ter que enfrentar exigências complexas da vida civilizada antes que seu organismo, naturalmente mal constituído, se adaptasse a tais demandas. Assim, no interior, Homem e Terra entrelaçados, o organismo inferior produzido na mistura de raças foi preservado e teve tempo para se constituir numa espécie cuja evolução psíquica ainda estaria por se dar, mas que teria a seu favor a constituição orgânica consolidada. Euclides da Cunha elabora, pois, uma clivagem entre o rural e o urbano, e localiza no primeiro uma possível matriz do povo brasileiro. Esta dicotomia, por sua vez, esteve presente em outros intérpretes do Brasil, como por exemplo Sérgio Buarque de Hollanda, em seu *Raízes do Brasil* publicado em 1936.

Esse privilégio da geografia, com argumentos calcados numa espécie de imbricação entre o homem e seu meio geográfico, de modo que um acaba adquirindo as características do outro, foi apropriado posteriormente por parte do movimento modernista, o grupo considerado mais conservador, autodenominado “verde-amarelo”, como aponta Velloso (1986). Este grupo, do qual faziam parte Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida e Cassiano Ricardo, ao procurar eleger São Paulo como “matriz do Brasil”, construiu um discurso comparativo com o Rio de Janeiro que tende à desqualificação deste último: o mar do litoral carioca teria produzido um povo desapagado da terra, contemplativo, sonhador, pouco prático, com uma identidade fluida, anárquica, dionisíaca. Por outro lado, os rios empurraram os paulistas para o interior, para a construção do país “real”, forjando o homem desconfiado, austero, disciplinado e empreendedor⁸. Presente na imagem está a mesma concepção de um “caráter” determinado pela geografia e o desvio de questões cruciais no campo político e social. Kropf (1996) discorre sobre pontos em comum entre o pensamento euclidiano e o de Manoel Bomfim, especialmente no que diz respeito a uma crítica aos caminhos tomados pela República e o excessivo apeço à ciência.

Também Franklin de Oliveira distingue os dois autores, no prefácio de *América Latina. Males de origem* (edição de 1993), atribuindo a Bomfim a ênfase na miséria brasileira em comparação ao darwinismo predominante em Euclides. Como já dissemos, a “lucidez” bomfimiana nos parece tributária da opção pela historicização que, a considerar sua trilogia final (Bomfim, 1929, 1930, 1931), o levou à defesa da revolução como forma de diminuir as enormes disparidades sociais então vigentes.

Sabemos que houve repercussão de peso de *América Latina. Males de origem* à época de sua publicação, por meio dos violentos ataques de Sílvio Romero. Este

apontou “erros, sofismas e contradições” (Romero, 1906), a falta de rigor histórico, a carência de fontes documentais e a má-vontade de Bomfim para com nossos colonizadores ibéricos. Atribuiu a Manoel Bomfim um socialismo bastardo e “de colegial”, um reacionarismo às raças superiores do país; particularmente, Romero se irritou com o que entendeu como abuso de metáforas, “o flagelo da sociologia”.

Manoel Bomfim não respondeu a estas críticas e isto, aparentemente, prejudicou a “carreira” de seu livro. Mas, de que trata então este livro?

Bomfim parte do princípio de que é possível analisar a sociedade como um organismo vivo individual, sujeito a todas as leis que regem a vida, e entre elas as leis sociais. Contextualizado em seu tempo, Manoel Bomfim acredita em regularidades, em leis “(...) tão fatais como as da astronomia ou da química, fatos estreitamente dependentes e relacionados, e pelos quais nos é dado perceber a sociedade como uma realidade à parte, cujas ações, órgãos e elementos são perfeitamente acessíveis ao nosso exame (...). As sociedades obedecem a leis de uma biologia diversa da individual nos aspectos, mas em essência idêntica”. (Bomfim, 1905/1993, p. 51, 52).

O uso dos conceitos biológicos e do evolucionismo corrente nas emergentes ciências sociais por Bomfim não corresponde a um reducionismo mas a uma hibridação. Em vez de fazer de Bomfim um pensador biologizante e reduzido ao evolucionismo, cabe apontar o desvio produzido por suas apropriações que o permitiram engendrar um contradiscurso utilizando noções então correntes.

Se a autoridade da biologia⁹ estava presente nos argumentos hierarquizantes de então, foi o modo como utilizou esse prestígio, aliado à história, que permitiu ao nosso autor se diferenciar de seus contemporâneos. Como já dissemos, Bomfim recorreu à história para explicar os males da América Latina, uma vez que o meio não seria justificativa suficiente para compreender as mazelas do continente, pois impedimentos geográficos existem para todos os “povos”¹⁰. Em comum, os latino-americanos têm os colonizadores, que vieram da Península Ibérica e – tanto Portugal quanto Espanha – chegaram ao século XIX “degradados”. Ora, reflete o autor, se na Europa não houve miscigenação, como explicar a degeneração dos colonizadores?

Moeda corrente na França no tempo em que Bomfim escrevia *América Latina. Males de origem*, a noção *degeneração*, sustentada em grande parte pela elaboração de Bénédict-Augustin Morel (1809-1873), serviu a propósitos expressivamente divergentes das análises do autor sergipano: a defesa de um determinismo orgânico de condutas morais, a

possibilidade de controle social dos degenerados exercido primordialmente por médicos e, a seu serviço, por um aparato jurídico, a defesa de um tipo ideal estático que se opõe à degeneração como doença e decadência. A degeneração foi concebida como desvios patológicos, progressivamente decadentes e herdáveis, de um tipo normal de homem (Carrara, 1998). Neste sentido a degeneração pressupõe uma unidade redutora entre o físico e o moral, que possibilitou o domínio da ação médica sobre as relações sociais, isto é, a imposição de um determinismo biológico e a uma nova forma de criminalização das desigualdades que Bomfim considerava efeitos da luta e dos artificios da dominação.

Bomfim recorreu também, como argumentação, a uma especialíssima apropriação biológica, sustentando o conceito de parasitismo social. “Ora, uma sociedade que viva parasitariamente sobre a outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente necessidade de apurar os seus processos, nem de por em contribuição a inteligência, porque não é da natureza diretamente que ela tira a subsistência, e sim do trabalho de outro grupo (...) Em tais condições é lógico que a inteligência não poderá progredir, decairá (...) Como se poderão desenvolver e apurar os sentimentos altruísticos, de justiça e equidade, de cordialidade e amor, numa sociedade que sucede viver, justamente, de uma iniquidade – do trabalho alheio?” (Bomfim, 1993, p. 60).

Diferentemente da teoria circular de Morel, Bomfim afirma que é o parasitismo que causa a degeneração, que enfraquece moralmente uma dada sociedade. Prejudica tanto o parasitado, porque lhe suga as forças, quanto o parasita, pois gera nele a incapacidade de enfrentamento dos desafios da vida. Nesse par, a força reside ainda no parasitado, no explorado, porque ele sustenta a si e ao explorador. É nesse sentido que Bomfim diz que proletário é o sobrevivente, é aquele que deixa prole.

O parasitismo atenta contra a cordialidade, a solidariedade e a felicidade social, não por dificultar ou substituir a competição, mas por impedir o bem geral, alcançado coletivamente. A evolução pode entrar o progresso, já que “degenerar, decair, degradar-se, [significam também] evoluir, em suma.”, como é o caso do parasitismo (Bomfim, 1993, p. 60)

Segundo Bomfim, quando o organismo parasitado deriva e é constituído pelo próprio parasita, ocorre uma relação ambígua de amor e ódio, de rejeição e imitação. São efeitos especiais do parasitismo que, no caso dos países ibéricos e suas colônias, se expressam sob três modalidades: a hereditariedade social, a educação (e a tradição) e a reação à exploração.

A *hereditariedade social* é a transmissão, ao longo das gerações, das características psicológicas próprias a um grupo social, de traços de caráter compartilhados, e nas frequentemente desluzantes discussões e categorias dicotômicas que habitam o tema (Leite, 2002), de um “caráter nacional”. Mas, se o homem herda a aptidão, as tendências e seu vigor, por outro lado a inteligência e a sensibilidade se formarão a partir dos elementos externos que são introduzidos pela ação educativa da sociedade.

O caráter se completa pela *educação* e se torna indissociável da hereditariedade. Manoel Bomfim identifica no caráter latino-americano (especialmente no da classe dirigente) elementos tais como sociabilidade afetiva, sentimentos de hombridade e independência nacional. Por outro lado, o latino-americano é portador de um conservantismo afetivo, ou seja, de uma resistência a mudanças reais, mesmo aquelas que tolera e propaga sem, no entanto, concretizar. Assim, as lideranças se esforçam não só para permanecerem imóveis, mas também para imobilizarem todos à sua volta, promovendo uma sucessão de repetições e a manutenção de preconceitos consolidados e privilégios. Na América do Sul e na América Central a política conservadora se perpetua pela hereditariedade e pela educação e se generaliza por todos os partidos políticos. Mesmo os líderes revolucionários só propagam reformas no discurso, pois suas ações são conservadoras, repetindo o ideário que sua reforma supostamente derrubaria, a bem de uma “transição suave” e da “sensatez clássica”. As sociedades latino-americanas geralmente são “arquivos de instituições e costumes arcaicos com etiquetas modernas” (Bomfim, 1993, p. 166). O conservadorismo do colonizado é herdado do repertório do parasitismo do colonizador.

Outro traço herdado do parasitismo é a falta de observação, a incapacidade de perceber a realidade, que leva a um apreço pelas soluções por decreto, pela norma escrita, que desdenha uma realidade que será burlada na prática. A imitação conservacionista é a tônica das produções intelectuais. Na “república de bacharéis” de então, repetiam-se os bordões: “o Brasil é um país agrícola”, “o estado não deve ser industrial”, “povo preguiçoso e incapaz”, etc. que contribuem para manutenção de uma configuração social conservadora.

Manoel Bomfim questionou as vantagens da política de imigração no Brasil no final do século XIX¹¹, estabelecida com base na ideia da precariedade da mão de obra nacional e preocupada, portanto, com a possibilidade de maiores lucros mas também sustentada pela intenção de formar uma nova população racialmente

superior (Azevedo, 1987, p. 166). Bomfim critica os políticos pela falta de observação e conservantismo mas, principalmente por ver o imigrante essencialmente como força de trabalho não atentando para os efeitos sociais e políticos daí decorrentes. Deixam de considerar os objetivos do imigrante, sua história e as condições políticas e sociais que herda das tradições de seu local de origem e que encontrará no novo país, atendo-se à ideia de que o recém chegado ficará limitado, tão somente, a aprimorar os ganhos dos plantadores de café. O autor lembra que os vícios atribuídos ao trabalhador brasileiro não nascem exclusivamente de sua condição racial, mas são tributários das relações de exploração, do histórico de trabalho escravo e da educação social deficiente. Como Kowarick analisa: “Era imprescindível insistir no argumento da indisciplina do nacional, pois, como não prestava para o trabalho, a produção só poderia continuar baseada no estrangeiro: o nosso camarada nacional – diz um jornal que representava os interesses da cultura [Correio Paulistano, 1902] – não é necessário lidar com ele para se ficar convencido de que, hábil, como nenhum outro para todo e qualquer serviço, é entretanto incapaz de se sujeitar a um trabalho continuado e de que, mesmo no momento da mais urgente necessidade, não haverá argumento que o decida a trabalhar quando não queira, por costume ou mero capricho”. (Kowarick, 1987, p. 119).

Além dos “defeitos” herdados e daqueles adquiridos pela educação, há aqueles que derivam da sobrevivência das tradições perniciosas que são perpetuadas pela imitação. Dentre essas tradições figura a noção de Estado, que se mantém a mesma desde os tempos coloniais, quando a máquina administrativa era “a ventosa e os colchetes do parasita: cobrava, coagia, prendia, matava; criava privilégios, defendia-os...” (Bomfim, 1993, p. 189). Por outro lado, o Estado colonial se alinhava à metrópole e exigia que a colônia o sustentasse, alheio à nacionalidade nascente. O Estado era, para a colônia, o mal. Entretanto, a máquina administrativa se manteve uma entidade à parte dos interesses da nação por todo o século XIX e início do século XX, época do texto de Bomfim.

Os males da administração pública apontados por Manoel Bomfim vão desde o baixíssimo investimento em educação popular ao sistema fiscal que se funda em impostos indiretos que incidem sobre todas as classes, mas que taxam mais pesadamente a população menos favorecida.

O terceiro efeito especial do parasitismo é a *reação à exploração do Estado*. A América Latina tem um histórico de levantes e revoltas, funcionando como uma mensagem ao expoliador – o parasitado chegou

ao limite. Mas essa mensagem não é precedida por ações coletivas, por negociações no plano político. O sistema colonizador subjetiva o povo no desinteresse, enquanto as condições são contornáveis; a aparente acomodação explode em ódio quando a exploração se torna insuportável. Por toda a história brasileira, o povo esteve apartado das grandes decisões políticas. A Independência pouco modificou o caráter do expoliador, a República se mostrou um sistema continuista e contraditório.

Em Bomfim também aparece essa “burguesia dançante”, uma população colonial que mantinha com a metrópole estreitas relações. Não participavam da nova nacionalidade e nem estavam fixados à terra: apenas sugavam. Foram estas pessoas que resistiram, num primeiro momento, aos movimentos de Independência; depois, quando as revoltas já eram inescapáveis, dedicaram-se a deturpá-las. Este segmento social se acomodou às reformas para fazê-las mínimas e, então, manter seus privilégios. Manoel Bomfim usa o eloquente texto de Oliveira Martins: “Enxame de parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freiras, mosenhores e castrados. Os botes formigavam carregando, levando, vazando bocados da nação despedaçada... monges, desembargadores, toda essa ralé de ímpios figurões do lodo... Uma nuvem de gafanhotos, que desde o século XVIII devorava tudo em Portugal, e ia agora pousar no Brasil, para, em casa, o digerir mais à vontade...” (Oliveira Martins em História de Portugal apud Bomfim, 1993, p. 177).

Passemos à análise que Manoel Bomfim faz da constituição das sociedades latino-americanas. A herança do caráter ibérico no homem dessas sociedades não foi certamente a única influência, mas foi a predominante, visto que, segundo o autor, negros e índios representavam povos muito atrasados, que forneceram poucos elementos para imitação. Contudo, embora atribua ao negro e ao índio uma situação de inferioridade, uma falta de cultura, Manoel Bomfim, como deixamos claro, não se guia pela teoria das raças inferiores, pois esta “não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes” (Bomfim, 1993, p. 243). Dessa forma, a teoria racial é uma reação às implicações políticas da ideia de igualdade, é o referendo da ciência à desigualdade, a autorização do assalto de algumas nações por outras. Nesse ponto, caberia conjugar a interpretação social de Bomfim própria ao *América Latina. Males de origem* com seu texto psicológico mais conhecido *Pensar e dizer. Estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923). Se a teoria racial

constitui um recurso para a dominação por determinados grupos sociais, o evolucionismo que a acompanha foi também objeto de uma interpretação inusitada na obra psicológica. Tomando como parâmetro de evolução a capacidade de abstração – que na linguagem tem, como exemplo maior, segundo o autor, a atividade poética ao produzir novas imagens e novas estruturas – Bomfim secundariza a questão racial em relação à atividade social dos indivíduos. O processo educativo, formador, e a atividade social dos integrantes de uma determinada tradição apresentam uma mobilidade e responsabilidade sobre seu destino, colocando-os como agentes políticos, sem cair na dicotomia determinismo biológico e construcionismo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção neste texto foi indicar que a análise histórica do pensamento de Manoel Bomfim pode reverberar ainda hoje no cerne das questões relativas ao nosso continente. Conceitos como “caráter nacional”, “hereditariedade social” ou “embranquecimento da raça” foram contextualizados e seus usos esclarecidos pelas análises históricas, mas aquilo que Bomfim atribuiu a nossos “males de origem” insistem em nos assombrar nas estatísticas de desigualdade social e racial, na rarefação do espaço público – que é o espaço mesmo da cidadania – e nas engrenagens de um Estado que pode relegar parte de suas ações às técnicas e instrumentos psicológicos, sociais e biológicos para se tornar cada vez mais invasivo. As advertências que são trazidas por obras como as de Manoel Bomfim combatem a tendência a engessar nossas singularidades em modelos que deixam escapar parte considerável de nossa realidade.

REFERÊNCIAS

- Araujo, E. D. (1998). *Jose Ingenieros*, (1ª ed.). Buenos Aires: Ciudad Argentina.
- Azevedo, C. M. M. de (1987). *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites, século XIX*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Berndersky, J. W. (2007). “Panic”: The impact of Le Bon’s Crowd Psychology on U.S. Military Thought. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 43, 3, 257-283.
- Bomfim, M. (1993). *América Latina: males de origem*, (2ª ed.). Rio de Janeiro: Topbooks.
- Bomfim, M. (1923). *Pensar e dizer. Estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Casa Electros.
- Bomfim, M. (1929). *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bomfim, M. (1930). *O Brasil na história. Deturpação das tradições e degradação política*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- Bomfim, M. (1931). *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Borges, D. (1993). 'Puffy, Ugly, Slothful and Inert': Degeneration in Brazilian Social Thought, 1880-1940. *Journal of Latin American Studies*, 25, 2, 235-256.
- Bravo, A. F. (2002). Americanismo, biologia e identidade: el cuerpo continental en Manoel Bomfim y Carlos Octavio Bunge. *Hispanica. Revista de literatura*, 31, 92, 61-74.
- Campos, R. H. de F. (org.). (2001). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil. Pioneiros*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP.
- Carrara, S. (1998). *Crime e loucura. O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: EdUERJ/Edusp.
- Cunha, E. da. (1998). *Os Sertões. Campanha de Canudos*. São Paulo: Ática. (Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão).
- Gahyva, H. (2006). Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. *DADOS. Revista de Ciências Sociais*, 49, 3, 553-582.
- Gale (2010). Jean Louis Rodolphe Agassiz. In *Encyclopedia of World Biography*, (2ª ed.) 17 vols. Gale Research, 1998. Abstract from: Biography Resource Center Item: K1631000070.
- Kovarick, L. (1987). *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil* (1ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Kropf, S. P. (1996). Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *Manguinhos História, Ciência e Saúde*, 3, 1, 80-98.
- Kury, L. B. (2001). A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na *Viagem ao Brasil*. *Revista brasileira de História*, 21, 41, 157-172.
- Leite, D. M. (2002). *O caráter nacional brasileiro* (6ª ed.). São Paulo: Editora UNESP.
- Lipp, S. (1969). *Three Argentine Thinkers*, (1ª ed.). New York: Philosophical Library.
- Lobato, M. Z. (2000). *Nueva historia Argentina*, (1ª ed.). Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- Marpeau, B. (2000). *Gustave Le Bon. Parcours d'un intellectuel 1841-1931*, (1ª ed.). Paris: CNRS Editions.
- Passmore K. (2008). The Gendered Genealogy of Political Religions Theory. *Gender & History*, 20, 3, 644-668.
- Romero, S. (1906). *A América Latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*, (1ª ed.). Porto: Chardron.
- Sabater, G. (1950). *Diccionario biográfico español e hispanoamericano*, (1ª ed.). Palma de Mallorca: Instituto español de estudos biográficos.
- Schwarcz, L. M. (2002). *O espetáculo das raças*, (1ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Sussekind, F. (2002). Texto introdutório. In S. Santiago. *Intérpretes do Brasil*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Velloso, M. P. (1986). A 'cidade-voyer': o Rio de Janeiro visto pelos paulistas. *Revista Rio de Janeiro*, 1, 4.
- Zimmermann, E. A. (1992). Racial Ideas and Social Reform: Argentina, 1890-1916. *The Hispanic American Historical Review*, 72, 1, 23-46.
- segunda metade do século XIX com a visão poligenista (darwinismo social), segundo a qual em tempos remotos as raças teriam se tornado marcadamente diferentes, com possibilidades distintas de evolução.
- ² Gustave Le Bon, francês, médico, é ainda conhecido no âmbito das ciências humanas e sociais primordialmente por sua obra *Psychologie des foules* (1895, tradução brasileira *Psicologia das multidões*, de 1954) em que opõe o caráter irracional, inconsciente, automático e primitivo das massas do século XIX ao racionalismo, consciente, civilizado e ordenado do indivíduo próprio ao regime político soberano presente no século XVIII. Le Bon escreveu sobre temas variados desde estudos sociais, onde desenvolveu teses justificando a hierarquização entre os homens, até estudos físicos sobre aspectos da matéria. É de se notar a ascensão social que alcançou. Filho de um funcionário de província, iniciou sua atividade profissional pelo mesmo caminho após fracassar nos estudos secundários, começou a publicar artigos e obras médicas e de higiene a partir de 1862. Mudou-se para Paris, tornou-se médico, membro de sociedades especializadas como a Sociedade de Antropologia e a de Geografia, voltou-se para estudos históricos e etnográficos, realizando viagens à Índia e ao Nepal (1885-1886). Alcançou grande sucesso de vendas com obras de sociologia na última década do século XIX. Articulou, a partir de 1902, reuniões sociais com renomados pensadores e personalidades da época, lançando a coleção Biblioteca de Filosofia Científica na editora Flammarion. Faleceu em 1931, reconhecido e enriquecido, recebendo honras do Estado e de representantes militares. Após sua morte, analistas (Bendersky, 2007; Passmore, 2008) de sua obra acentuaram a proximidade de suas propostas com o fascismo, relacionando seus conceitos sobre as massas às idéias de Mussolini, Hitler, Lenin e Stalin, ao antidemocratismo e ao antirracionalismo, bem como ao elitismo social e intelectual, características que auxiliariam na luta contra a democracia liberal e de massa. Entre os psicólogos, Serge Moscovici em *L'Âge des foules* (1981, sem tradução brasileira) chamou atenção para a "antecipação" das grandes transformações psicológicas e políticas do século XX presente na psicologia das massas de Le Bon. Observe-se, contudo, que a categoria "antecipação", bem como a de precursor, é considerada, pelos historiadores da ciência, um anacronismo. Le Bon defendeu a existência de diversas espécies claramente distintas e de origens provavelmente muito diferenciadas dentro do que ele chamou gênero humano. Esse poligenismo, que não recusou um evolucionismo progressista então difundido, levou Le Bon a propugnar o isolamento entre raças históricas e espécies psicológicas chegando ao extremo de propor, sem sucesso, à administração colonialista francesa orgulhosa de sua função civilizatória o abandono de qualquer projeto educativo em suas colônias restringindo, ao máximo, o contato à finalidade de exploração colonial sob o risco de perder, pelo encontro e pelo cruzamento, as características maiores de cada espécie e, conseqüentemente, ocorrer a deterioração da raça branca e da cultura francesa. (Marpeau, 2000).
- ³ Jean Louis Rodolphe Agassiz, nascido na Suíça francesa, médico, tornou-se grandemente conhecido nos circuitos acadêmicos europeus por seus trabalhos em história natural. A longa carreira de pesquisador na Suíça, na França e nos EUA foi acompanhada de relevante produção bibliográfica, preocupação com a formação de estudantes nos cânones da pesquisa empírica em oposição à memorização de clássicos, e no estabelecimento ativo de institutos de pesquisa congregando naturalistas e consolidando coleções de fósseis, espécimes e registros iconográficos. Já reconhecido por seus trabalhos na Europa estabeleceu-se de forma permanente, aos 39 anos, nos EUA contribuindo para a sedimentação dessa área de estudos no país, principalmente por seu trabalho em Harvard. A relação com o Brasil data da momentosa publicação, aos 21 anos, do livro *The Fishes of Brazil* (1829) elaborado a partir da coleção dos viajantes, J. B. von Spix and Karl von Martius, e principalmente pela viagem empreendida ao país em 1865-1866 para investigação da flora, fauna e geologia (os peixes e os habitantes humanos constituindo o foco da pesquisa) da região do rio Amazonas. Participou dessa viagem aquele que se tornará um dos mais importantes intelectuais norte-americanos da passagem do século XIX para o século XX, William James, cujo relato da viagem manifesta o espanto com a desigualdade social envolvida na atividade científica da expedição. A ilustração de Dom Pedro II fê-lo receber os membros da comitiva e as teorias racistas de Agassiz tiveram importância para parte da elite cultural brasileira. O racismo de Agassiz deriva de sua opção pelo poligenismo criacionista e catastrofista e sua recusa ao emergente evolucionismo (principalmente o darwiniano) de então. Reificou as diferenças humanas em espécies criadas por intervenção divina e hierarquizou as raças para o privilégio dos caucasianos (o etnocentrismo da noção é bastante evidente) transformando, por meio de sua autoridade científica, as tensões históricas e sociais em um quadro natural de diferenças na estabilidade do mundo natural (Gale, 2010; Kuri, 2001).
- ⁴ Joseph Arthur Gobineau, conhecido também como Conde de Gobineau, francês, foi diplomata, escritor de obras literárias, autor de ensaios e textos históricos variados. A principal referência às questões raciais provém da obra *Essai sur l'inegalité des races humaines* (1853-1855, sem tradução brasileira) que lhe garantiu um polêmico reconhecimento póstumo pelo suporte e pelo uso de seus argumentos por movimentos eugenistas, racistas e colonizadores. A carreira diplomática conduziu Gobineau ao Rio de Janeiro entre 1869 e 1870 onde, apesar de seu desgosto por tal designação, foi recebido regamente por um ilustrado admirador, Dom Pedro II. Essa proximidade deve ter contribuído para certa penetração de suas idéias entre a intelectualidade brasileira de então. Seu ensaio sobre as raças pretendia responder à sua crença, travestida em questão histórica, da inexorável ruína das civilizações a partir do surgimento das raças originais, a branca (superior), a negra e a amarela. A tensão entre uma instintiva lei da repulsão própria a todas as raças agindo contra o cruzamento

Recebido em: 22/03/2010. Aceito em: 15/09/2010.

Notas:

¹ Segundo Lilia Schwarcz (2002), a categoria "inferioridade racial" se desdobrava em duas formas de entendimento, monogenista e poligenista. A perspectiva monogenista (evolucionismo social) compreendia haver uma única origem para toda a humanidade, os diversos povos vivenciando diferentes estágios de evolução. Mas a interpretação biológica dos comportamentos humanos, tão bem representada pela frenologia e pela antropometria, ganha força a partir da

e uma lei da atração exclusiva da raça branca promotora da miscigenação impelia incontornavelmente todas as raças ao declínio e à degeneração pelo contato. Sua concepção de miscigenação era ambígua porque, ao mesmo tempo que considerava que esta engendrava o declínio, entendia também que ela poderia produzir o refinamento dos costumes. Talvez devêssemos atentar que o risco principal da noção aos olhos de Gobineau era o de promover a igualdade entre os homens e estabelecer a democracia como destino de uma humanidade miscigenada (Gahyva, 2006).

⁵ José Ingenieros, nascido Giuseppe Ingegnieri em Palermo, Itália, mudou-se ainda criança, primeiro para Montevidéu e, em seguida, para Buenos Aires. Médico. Teve uma atuação intensa e reconhecida tanto no mundo universitário e em instituições especialistas de psiquiatria, criminologia e medicina, como na vida político partidária e social argentina. Poucos meses após sua morte uma pequena localidade ao sul de Buenos Aires ganhou seu nome. Produziu uma obra prolífica em psiquiatria, psicologia, sociologia e filosofia tendo, algumas delas, sido referência para os cursos de formação universitários. Considerado expressivo representante da síntese Spencer-Darwin e estimulador da filosofia em seu país (Lipp, 1969) além de utilizar-se do positivismo como forma de interpretação da sociedade (Lobato, 2000), uniu à perspectiva anterior um marxismo ativo que o levou a abrir mão de suas vinculações acadêmicas para dedicar-se integralmente ao campo político partidário. No que concerne ao tema racial, um de seus biógrafos recentes (Araujo, 1998) chama atenção para o minoritarismo antidemocrático associado ao racismo, ao portenismo e ao jacobinismo por ele proposto. O racismo encontra-se sempre presente ao longo de sua obra. Afirmar desde a proposta eugênica da “extinção agradável” dos retardados sociais até a comparação das relações entre os brancos e os negros e os alienados com o tratamento fornecido pelos criadores aos animais. Naturalizou os dinamos de dominação presentes na escravização ao considerá-la mero efeito político e legal (cujo caráter “piedoso”(!) não deixou de ser apontado) de uma realidade puramente biológica e, neste caminho, a abolição foi apontada como uma infelicidade para os próprios negros e demais escravizados. Seus argumentos atingiram extremos racistas ao considerar anticientífica qualquer atividade em prol das “raças inferiores” que pudesse evitar sua extinção. Tal atitude dirigia-se a qualquer “mistura de raças”.

⁶ Carlos Octavio Bunge, advogado, foi considerado um escritor que percorreu diversos gêneros literários e um pensador da unidade hispano-americana. Em sua obra central *Nuestra América* (ensayo de Psicología social), Bunge, apoiado em Le Bon, reflete sobre a mestiçagem como forma de equilíbrio social. Confrontando o determinismo racial ou de sangue às poderosas influências do meio, da higiene e da alimentação abre a possibilidade de uma solucionadora mestiçagem branqueadora ou europeizante – considerada evolutiva – da raça hispano-americana. Dessa forma, apresentou uma defesa em dois vetores: no somático, através do branqueamento pela segregação, eliminação dos índios e negros e pela imigração europeia; pelo psíquico ou moral, por meio de padrões higiênicos, dietéticos e institucionais europeizados. O papel do clima na formação de uma nova unidade hispano-americana o leva tanto a excluir a participação do Brasil e do Caribe – demasiados tropicais – para alcançar os traços almejados quanto a ultrapassar o âmbito da nação como horizonte a ser atingido. O hispano-americanismo, contudo, não o impediu de considerar suspeitos o igualitarismo e o democratismo e a difundir o sonho de um imperialismo branqueador argentino (Bravo, 2002). Na comparação entre o americanismo, a biologia e a identidade próprios a Bomfim e a Bunge feita por Bravo (2002) não deixa de ser pacificadora a forma como o autor subsume as enormes diferenças quanto ao que é defendido pelos autores a uma identidade biológica das ferramentas conceituais.

⁷ Lucas Ayarragaray, médico, produziu trabalhos históricos e teve atuação política no Congresso Nacional Argentino e, como diplomata, no Brasil e na Itália. Participou de associações e institutos especialistas na Argentina, Peru e Espanha (Sabater, 1950). Sua argumentação também destacou o papel da mestiçagem no processo de formação da nacionalidade e compartilhou com Bunge e Ingenieros a convicção da superioridade branca sobre as demais raças, a primeira devendo exercer sua influência moral para a manutenção das oligarquias. Seguindo de perto as propostas de Le Bon, considerou as deficiências políticas argentinas problemas derivados da constituição hereditária a serem sanados pela imigração de membros das superiores populações europeias a fim de contornar a propensão degenerativa corrente na Argentina (Zimmermann, 1992).

⁸ A geografia como um elemento conformador do caráter reverbera ainda hoje, na crítica a um povo eternamente “de costas para o país”, como cantada por Milton Nascimento em “Notícias do Brasil” (2000): A novidade é que o Brasil não é só litoral/ É muito mais, é muito mais que qualquer zona sul /Tem gente boa espalhada por esse Brasil/ Que vai fazer desse lugar um bom país/ Uma notícia está chegando lá do interior/ Não deu no rádio, no jornal ou na televisão/ Ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil / Não vai fazer desse lugar um bom país.

⁹ Devemos chamar a atenção aqui que o conceito “evolução” consolidou-se e ganhou notoriedade dentro das propostas liberalistas e individualistas de Herbert Spencer (1820-1903). A autoridade biológica estatuída pela teoria darwiniana é tomada de empréstimo e aplicada à versão individualista cunhada pelo sociólogo inglês que, por sua vez, retroalimentou a primeira.

¹⁰ Obviamente as histórias são singulares, mas o autor está interessado em mazelas “comuns” aos povos, e não em diferenciá-las.

¹¹ Em relação à composição do Brasil, Bomfim se refere, além da entrada dos portugueses e de escravos vindos da África durante o período colonial, aos portugueses vindos com a corte. Mas as críticas dirigem-se à imigração europeia, os italianos constituindo o maior grupo, ocorrida nas últimas décadas do século XIX e fomentada pelo Estado. Imigração defendida por políticos ligados aos grupos cafeeiros paulistas com argumentos recheados de racismo dirigido aos negros e aos chamados nacionais alardeando a necessidade de um branqueamento da raça (Azevedo, 1987).

Autores:

Francisco Teixeira Portugal – Doutor em Psicologia pela PUC-Rio. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social da UFRJ. Membro do Programa de Estudos e Pesquisas em Histórias da Psicologia Clio-Psyché da UERJ. Bolsista da CAPES – Proc. BEX nº 4185/09-9.

Ana Maria Jacó-Vilela – Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ. Coordena também o Programa de Estudos e Pesquisas em Histórias da Psicologia Clio-Psyché da UERJ. <amjaco@uol.com.br>.

Denise Barcellos da Rocha Monteiro – Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ. <debrm@ig.com.br>.

Enviar correspondência para:

Francisco Teixeira Portugal
Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Pasteur, 250 – Pavilhão Nilton Campos
CEP 22290-240, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: <fportugal@ufrj.br>